



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/PE

ETP - Estudo Técnico Preliminar

Processo nº 08400.004587/2022-49

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. O presente Estudo Técnico objetiva apontar a solução que melhor atenda aos interesses da Administração Pública em face da demanda de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA REALIZAÇÃO DE SONDAGEM À PERCUSSÃO (SPT), COM LAUDO DE SONDAGEM E LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DO TERRENO QUE ABRIGARÁ A DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL DE CARUARU (DPF/CRU/PE)**, localizada na Avenida Projetada 01, Lote 2A, Quadra B, Bairro Universitário no Loteamento Institucional, Caruaru/PE.

1.2. Esta análise é pautada através das diretrizes traçadas pela Instrução Normativa nº 40/2020 da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, do Ministério da Economia.

1.3. Os serviços referenciados neste estudo, dadas as suas características, se enquadram no conceito de **SERVIÇOS NÃO COMUNS DE ENGENHARIA**.

1.3.1. Considerando a Nota Técnica do CONFEA Decisão PL -074/2007:

"Doutrinariamente bem se posiciona o professor da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, Benedito Porto Neto, ao dispor sobre a aplicação da Lei nº 10.520, de 2002, ao concluir que os serviços de Engenharia podem ser contratados por pregão somente quando não houver pagamentos vinculados às etapas de sua execução e desde que o atendimento das especificações definidas no contrato possam ser aferidas por leigos na área, uma vez que esta modalidade foi instituída com o objetivo de agilizar o processo de contratação e ampliar a competição entre os interessados no contrato, assegurando à Administração Pública a possibilidade de rejeitar de imediato os bens e serviços em desacordo com as especificações definidas em contrato, antes de qualquer pagamento por eles." Nota Técnica Informativa - Decisão PL -074/2007- CONFEA

"Constata-se assim que todo serviço de Engenharia possui certo grau de complexidade que inviabiliza sua contratação por meio da licitação na modalidade pregão, segundo os critérios estabelecidos pela própria Lei 10.520, de 2002, uma vez que, genericamente, seus padrões de desempenho e qualidade não podem ser objetivamente definidos pelo edital e o resultado final não é passível de ser atestado por pessoas dotadas apenas de senso comum, sem a realização de investigações pormenorizadas." Nota Técnica Informativa - Decisão PL -074/2007- CONFEA.

"Deste modo, infere-se que a caracterização do que seja um serviço comum de Engenharia é o ponto de divergência entre o posicionamento legal e o técnico, uma vez que a Lei nº 10.520, de 2002, ao utilizar o termo “comum”, sem, contudo, defini-lo tecnicamente, permitiu que serviços técnicos especializados das áreas de Engenharia, Arquitetura e Agronomia fossem comparados, para fins de contratação, a serviços de limpeza e conservação de imóveis, por exemplo." Nota Técnica Informativa - Decisão PL -074/2007- CONFEA

1.3.2. Considerando a Resolução 1.116 de 26 de abril de 2019 CONFEA:

"Art. 1º Estabelecer que as obras e os serviços de Engenharia e de Agronomia, que exigem habilitação legal para sua elaboração ou execução, com a emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, são serviços técnicos especializados.

§ 1º Os serviços são assim caracterizados por envolverem o desenvolvimento de soluções específicas de natureza intelectual, científica e técnica, por abarcarem risco à sociedade, ao seu patrimônio e ao meio ambiente, e por sua complexidade, exigindo, portanto, profissionais legalmente habilitados e com as devidas atribuições.

§ 2º As obras são assim caracterizadas em função da complexidade e da multiprofissionalidade dos conhecimentos técnicos exigidos para o desenvolvimento do empreendimento, sua qualidade e segurança, envolver risco à sociedade, ao seu patrimônio e ao meio ambiente, e por demandar uma interação de caráter físico-financeira que determinará a otimização de custos e prazos, exigindo, portanto, profissionais legalmente habilitados e com as devidas atribuições."

1.3.3. Considerando a Decisão PL2467/2012 CONFEA:

"...tecnicamente existe diferenciação entre serviços comuns e não comuns no âmbito da Engenharia ou da Agronomia, pois serviços que exigem habilitação legal para sua elaboração ou execução, com a obrigatoriedade de emissão da devida ART perante o Crea, tais como projetos, consultoria, fiscalização, supervisão e perícias, jamais poderão ser classificados como comuns, dada a sua natureza intelectual, científica e técnica, fatores que resultam em ampla complexidade executiva, exigindo portanto profissionais legalmente habilitados e com as devidas atribuições, conforme também detalha o art. 13 da Lei 8.666, de 1993, não admitindo a sua contratação pela modalidade Pregão."

1.3.4. Considerando as diferenças entre obra e serviço de engenharia, ora definidas pela lei 8.666/93:

"I - Obra - toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta;

II - Serviço - toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação"

1.3.5. Considerando o parecer 075/2010/DECOR/CGU/AGU:

a) Em se tratando de alteração significativa, autônoma e independente, estar-se-á adiante de obra de engenharia, vedada a adoção do pregão;

b) Em se tratando de alteração não significativa, autônoma e independente, estar-se-á adiante de serviço de engenharia, cabível a adoção do pregão;"

1.3.6. Considerando o Parecer 00052/2019/DECOR/CGU/AGU:

"...são fartos os acórdãos do TCU que orientam no sentido da impossibilidade do uso do pregão para a contratação de serviços de engenharia consultiva, tal como a elaboração de projetos de engenharia, quando não possam ser enquadrados como comuns, e, portanto, não houver padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais. Para a Corte não são comuns os serviços de natureza predominantemente intelectual "em que a arte e a racionalidade humana são essenciais para a execução satisfatória. Não se trata, pois, de tarefas que possam ser executadas mecanicamente ou segundo protocolos, métodos e técnicas pré-estabelecidos e conhecidos" (ACÓRDÃO n. 2471/2008-Plenário; Informativo de Licitações e Contratos TCU n. 54/2011; TC 033.681/2015-5; ACÓRDÃO Nº 6227/2016 – 2ª Câmara; ACÓRDÃO 2760/2012 - PLENÁRIO)"

Ainda, no mesmo parecer temos:

"Para o STJ, os serviços de projetos de engenharia e arquitetura exigem habilitação legal para sua elaboração, não podendo ser comuns, já que seu padrão de desempenho e qualidade não podem ser objetivamente definidos no edital. Destacou, ainda, que o valor dos serviços também pode indicar a complexidade do objeto. Assim, não caberia a utilização do pregão eletrônico devido à exigência de profissionais com alto nível de especialização, bem como em face da impossibilidade de uma descrição exaustiva nessa modalidade de licitação de todas as peculiaridades e complexidade do objeto licitado."

1.3.7. Entende-se que somente profissionais da engenharia conseguirão realizar as obrigações do Projeto Básico visto que dever-se-ão seguir normas técnicas (NBR, CIE, etc), que demandam certo conhecimento técnico de conhecimento e compreensão.

1.3.8. Ainda em sintonia com a nota técnica do CONFEA, observa-se que serviços técnicos especializados de engenharia não podem ser comparados com serviços comuns de manutenção ou limpeza. Nesse entendimento, observa-se que leigos na área não estarão aptos a aferir as especificações deste Projeto Básico.

1.3.9. Sacramentando esse entendimento o TCU decidiu que não são comuns os serviços de natureza predominantemente intelectual tal qual engenharia consultiva ou elaboração de projetos.

1.3.10. Por fim, podem-se considerar vários conceitos basilares que norteiam a caracterização do objeto dessa licitação tem a natureza de serviço **NÃO COMUM** de engenharia devido à exigência de profissionais legalmente habilitados e com as devidas atribuições.

2. **NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. Considerando a pretensão de construir uma nova sede para a Delegacia da Polícia Federal em Caruaru - DPF/CRU/PE, se faz necessário o conhecimento das características do solo e topografia do terreno para que sejam elaborados os projetos básicos e executivos para a construção da nova DPF/CRU/PE.

2.2. Com isso, é primordial a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de sondagem SPT e topografia para obter características do solo e relevo.

3. **ÁREA REQUISITANTE**

3.1. O Grupo Técnico de Edificações da SR/PF/PE demandou o objeto.

4. **DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. O ensaio SPT deverá obedecer à NBR 6484 (ABNT, 2020).

4.2. O levantamento topográfico, planimétrico e cadastral deverá obedecer à NBR 13133 (ABNT, 2021).

4.3. O contrato terá prazo de vigência de 30 dias.

4.4. O contrato poderá ser substituído pela Nota de Empenho.

4.5. A empresa deverá apresentar Registro no Conselho Regional de Engenharia - CREA/PE para habilitação para exercer atividades no setor, produzindo e instalando equipamentos da natureza do objeto desta contratação.

4.6. A empresa especializada em engenharia selecionada por meio de **dispensa de licitação** deverá apresentar acervo técnico que demonstre qualificação técnica e econômica para a execução da sondagem com pelo menos 10 (dez) furos de no mínimo 8 (oito) metros de profundidade, ou seja, equivalente (cinquenta por cento) da quantidade de furos a ser realizada. Ademais, apresentar acervo técnico que demonstre qualificação técnica e econômica para a execução de levantamento topográfico com pelo menos 8000 metros quadrados de área.

4.7. O licitante deverá demonstrar ainda, para fins de habilitação de sua proposta, regularidade fiscal e trabalhista;

4.8. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

5. **LEVANTAMENTO DE MERCADO**

5.1. Considerando a inexistência dos itens na tabela de referência SINAPI, o orçamento estimado pela Administração se baseou nos custos unitários de referência do banco da Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA) para sondagem SPT e da Empresa de Obras Públicas RJ (EMOP) para levantamento topográfico, por se aproximarem melhor à realidade de preços de Pernambuco.

6. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

6.1. O ensaio SPT deverá obedecer à NBR 6484 (ABNT, 2020) e terá:

6.1.1. Número de furos de sondagem: 20.

6.1.2. Critério de paralisação: 15 m ou 30 golpes sem ultrapassar 30 cm.

6.2. O levantamento topográfico, planialtimétrico e cadastral deverá obedecer à NBR 13133 (ABNT, 2021) e deverá compreender todo o terreno da Polícia Federal em um total de 16.542,22 m².

7. **ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS**

7.1. A quantidade de furos para sondagem SPT foi definida em 20 furos, conforme a NBR 15860 (ABNT, 1983).

7.2. O levantamento topográfico, planimétrico e cadastral deverá compreender todo o terreno da Delegacia de Polícia Federal em um total de 16.542,22 m².

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O custo da contratação é de **R\$ 35.320,95 (trinta e cinco mil trezentos e vinte e nove e cinco centavos)**.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. Cabe aqui a justificativa em relação ao não parcelamento do objeto, visto que a regra observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto no § 1º da Lei nº 8.666/1993. No parcelamento é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU). O licitante poderá dividir a pretensão contratual em itens ou em lotes (grupo de itens), quando técnica e economicamente viável, visando maior competitividade.

9.2. No caso em tela, o parcelamento se mostra tecnicamente inviável, pois para o cumprimento eficaz do objeto do contrato, o parcelamento traria descontinuidades perigosas à eficácia na execução do serviço, ou conforme aludido por Fernandes, 2010: “Na comparação parcelamento x solução integrada evidenciada nesse estudo, aduz-se que a sistemática do gerenciamento integrado vem sendo absorvida com o melhor vantagem, uma vez que além de representar avanço de gestão, controle e redução de gastos, permite a unicidade de objeto, suprime problemas de continuidade dos serviços contratados, garantindo um só tempo celeridade, harmonia, equilíbrio e revisão dos atos.”. Portanto, para a unicidade do objeto é impraticável o parcelamento da contratação.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1. Não há contratos interdependentes.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

11.1. A contratação em tela é um serviço preliminar para produção de projetos para a construção da Delegacia de Polícia Federal em Caruaru.

12. RESULTADOS PRETENDIDOS

12.1. Obter características do solo e topografia do local para posterior dimensionamento das estruturas da nova DPF/CRU/PE.

13. PROVIDÊNCIA A SEREM ADOTADAS

13.1. A Administração também deverá dar acesso, com acompanhamento de servidor, das áreas onde serão realizadas a sondagem e levantamentos topográficos.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. Sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de serviços pela Administração Pública Federal, a Contratante exigirá que a empresa Contratada adote as seguintes práticas de sustentabilidade no fornecimento do objeto contratado:

14.2. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS, devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMEA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMEA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

14.3. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 100.

19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

14.3.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

14.3.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 15/03/2014, e legislação correlata;

14.3.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratarem de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de licença obrigatória.

14.3.3.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham sido produzidos em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo para complementar a documentação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

14.4. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 19/01/2010, nos seguintes termos:

14.4.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

14.4.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

14.4.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de materiais para usos futuros;

14.4.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

14.4.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

14.4.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

14.4.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

14.4.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados pelo Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

14.5. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

14.5.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2001, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

14.5.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os limites considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando ao conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos pela Norma NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

14.5.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais com capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

15. **DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

15.1. O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa nº 5/2009 do MPOG, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e objeto da aquisição. O planejamento está em conformidade com os requisitos administrativos necessários ao cumprimento do objeto. No mais, atende adequadamente às demandas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade e os riscos envolvidos são administráveis. Sendo assim, diante dos fatos apurados neste estudo preliminar, declaramos ser viável a contratação do objeto deste Estudo Preliminar.

16. **RESPONSÁVEIS**

16.1. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pelo Documento Lici. Instituída a Equipe de Planej. Contratação GTED/SELOG/SR/PF/PE (24078478)

Recife/PE, 13 de julho de 2022

NIVALDO JOSÉ DE LIMA FILHO

Agente de Polícia Federal
Matrícula nº 19629

JOSÉ VITOR DA SILVA MACEDO

Agente de Polícia Federal
Matrícula nº 21631

DESPACHO

Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar.

DANIEL GRANGEIRO DE SOUZA

Delegado de Polícia Federal
Superintendente da SR/PF/PE



Documento assinado eletronicamente por **JOSE VITOR DA SILVA MACEDO, Agente de Polícia Federal**, em 13/07/2022, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **NIVALDO JOSE DE LIMA FILHO, Agente de Polícia Federal**, em 14/07/2022, às 08:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL GRANGEIRO DE SOUZA, Superintendente Regional**, em 14/07/2022, às 08:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **24082960** e o código CRC **42F14241**.

Referência: Processo nº 08400.004587/2022-49

SEI nº 24082960